



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**  
(Do Sr. Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES)

Solicita ao Ministro de Estado do Meio Ambiente informações sobre as ações da pasta no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar – PNCLM para a região metropolitana de São Luís/MA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, §2º da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, acerca das ações de resposta imediata planejadas e executadas, bem como as demais ações no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar – PNCLM para a região metropolitana de São Luís/MA, tendo em vista o que segue.

O Ministério do Meio Ambiente lançou, como uma das metas nacionais prioritárias da Agenda de 100 dias do Governo Federal, o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM), onde prevê o investimento de R\$40 milhões.

Conforme consta, o referido Plano (PNCLM) é composto de diagnóstico do problema do lixo no mar no Brasil, valores de referência, situação desejada, modelo de governança, eixos de implementação, diretrizes, indicadores, plano de ação e agenda de atividades, gestão de resíduos sólidos, com ênfase em soluções pragmáticas e concretas que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental no curto prazo.

No Dia Mundial da Água, 22 de março de 2019, o Ministro Ricardo Salles afirmou que:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

“O Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar representa uma inovação e um grande esforço de mobilização para responder de forma coordenada e integrada à poluição do ambiente marinho, que traz impactos aos ecossistemas e também ao turismo, saúde e segurança de navegação”<sup>1</sup>.

Desta forma, tais políticas públicas (PNRS e PNCNM) mostram-se de extrema importância para a população da região metropolitana de São Luís/MA, tendo em vista que, desde o dia 18 de junho de 2019, dezenas de peixes são encontrados mortos na orla da Praia de São Marcos, na Avenida Litorânea da capital maranhense.

Dentre os peixes mortos que se espalham às dezenas pelas areias da praia estão, inclusive, alguns ameaçados de extinção, a exemplo do “Mero” (*Epinephelus itajara*), cuja pesca, a retenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares, estão proibidas em águas jurisdicionais brasileiras, nos termos definidos pelas Portarias Interministeriais nº 13 e nº 14/2015, publicadas no Diário Oficial da União (DOU) de 06/10/2015<sup>2</sup>.

Segundo Antônio Carlos Castro, professor do curso de Oceanografia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ex-chefe do LABOHIDRO:

“Por serem peixes de espécies diferentes, estamos trabalhando com a hipótese de que a causa da morte desses animais tenha sido stress devido ao aumento de **turbidez da água, decorrente da drenagem continental**”<sup>3</sup>.

O excesso de turbidez em ambientes aquáticos causa a diminuição da penetração da luz na água e, em decorrência, a redução da fotossíntese dos organismos vivos no mar.

<sup>1</sup> <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/15428-mma-lan%C3%A7a-plano-nacional-de-combate-ao-lixo-no-mar.html>

<sup>2</sup> <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/10/2015&jornal=1&pagina=20&totalArquivos=112>

<sup>3</sup> <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/06/18/dezenas-de-peixes-sao-encontrados-mortos-na-praia-de-sao-marcos/>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

A poluição despejada diariamente pelas redes de esgotos e rios que deságuam no mar da capital maranhense, são fatores que contribuem sensivelmente para o aumento da turbidez dos mares da região, daí a importância de políticas públicas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS e do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar – PNCLM, bem como a necessidade de adoção de soluções pragmáticas e concretas que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental no curto prazo.

Importante também ressaltar que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), em seu último relatório, decorrente de monitoramento realizado no período de 13 de maio a 10 de junho de 2019, apontou que, dos pontos monitorados, nenhum está liberado para o banho, conforme os padrões fixados na Resolução CONAMA nº 274/2000.

Diante do cenário de urgência que se apresenta, solicitamos as seguintes informações:

1. Quais os projetos, as ações e as metas que o Ministério do Meio Ambiente vem adotando para implementação do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar – PNCLM, para a região metropolitana, especificamente com relação aos seguintes eixos:
  - a. Respostas imediatas;
  - b. Gestão de resíduos sólidos;
  - c. Pesquisa e inovação tecnológica;
  - d. Incentivos e pactos setoriais;
  - e. Normatização e diretrizes;
  - f. Educação e comunicação.
2. Quais projetos, ações e metas foram fixadas para a região metropolitana, no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

Sendo a fiscalização uma das funções do legislador, faz-se necessário o encaminhamento deste requerimento de informações para termos dados suficientes a respeito da atuação das entidades responsáveis, a fim de se assegurar a efetividade das



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES

leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 2019.

Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES  
Líder do PTB